

**Demonstrações Financeiras e  
Relatório da Administração  
da Eletrobras Eletropar  
2016**



**Eletrobras**  
Eletropar

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

Senhores Acionistas,

A Administração da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2017, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 27 de março de 2017, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão no ano de 2016.

**ATIVIDADE OPERACIONAL**

A Eletropar, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – Lightpar, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

|                                 | 2016    | 2015    |
|---------------------------------|---------|---------|
| Liquidez Geral                  | 2,05    | 2,92    |
| Liquidez Corrente               | 5,11    | 5,58    |
| Endividamento total sobre Ativo | 14,68%  | 16,06%  |
| Retorno do Patrimônio Líquido   | 18,82%  | 3,66%   |
| Margem Líquida                  | 100,73% | 152,92% |

Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU-Regional/RJ), foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna RAIN. A prestação de contas do exercício de 2015 acompanhada do relatório de gestão, foi apresentada conforme DNs nº 134/2013, alterada pela 139/2014. Já a prestação de contas do exercício de 2016, bem como o relatório de gestão serão apresentados no exercício de 2017, conforme DN nº 154/2016.

O resultado positivo do exercício veio se verificando nos lucros auferidos ao longo das Demonstrações Financeiras Intermediárias apresentadas em 2016, finalizando com um lucro líquido de R\$ 35.509.

**PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

A posição dos investimentos da Eletropar, em 31/12/2016, apresentou a seguinte composição:

| EMPRESA                         | TIPO | QUANTIDADE  | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---------------------------------|------|-------------|------------------|
| CTEEP <sup>1</sup>              | PN   | 1.084.797   | 0,66             |
| Eletropaulo <sup>2</sup>        | PNB  | 2.095.644   | 1,25             |
| EMAE <sup>3</sup>               | PN   | 523.911     | 1,42             |
| Energias do Brasil <sup>4</sup> | ON   | 1.892.432   | 0,31             |
| CPFL Energia <sup>5</sup>       | ON   | 1.802.105   | 0,18             |
| Eletronet <sup>6</sup>          | ON   | 149.999.001 | 49,0             |
| Eletronet                       | PN   | 998         | 99,0             |

<sup>1</sup> Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP  
<sup>2</sup> Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo  
<sup>3</sup> Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE  
<sup>4</sup> EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil  
<sup>5</sup> CPFL Energia S.A. – CPFL Energia  
<sup>6</sup> Eletronet S.A. – Eletronet

As participações nas investidas Eletronet, CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Sendo que, na CTEEP e EMAE isso ocorre pelo fato da controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nas mesmas empresas que as caracteriza como coligadas. Os eventos relativos a investida Eletronet estão descritos na nota 10.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração, através da aplicação do método do valor justo, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado. A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

|                    | 2016          | 2015          |
|--------------------|---------------|---------------|
| Eletropaulo        | 23.660        | 17.603        |
| Energias do Brasil | 26.229        | 17.888        |
| CPFL Energia       | 45.431        | 26.687        |
|                    | <b>95.320</b> | <b>62.178</b> |

**NEGÓCIO ELETRONET**

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencentes à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Eletrosul – Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que, quando citadas em conjunto, são denominadas de ("Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso, celebrado entre Eletropar e as Cedentes, e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.), em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração.

A composição acionária da Eletronet é de 49% do capital social da Eletropar e 51% da AES Bandeirante Empreendimentos LTDA.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de aut falência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

A Eletropar, com a supervisão da Eletrobras, e a outra acionista da Eletronet, LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (atual denominação da AES Bandeirante LTDA.), após verificarem a viabilidade do levantamento da falência, decidiram dar andamento ao processo de levantamento da falência mediante extinção de obrigações da Eletronet S.A. ("Eletronet").

No dia 15 de dezembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Em 18 de dezembro de 2015, foi proferida sentença, nos autos da ação de falência da Eletronet S.A. ("Eletronet"), a qual, dentre outras disposições: (i) homologou as deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Credores de 15 de dezembro de 2015; e (ii) decretou o encerramento da falência da Eletronet, com o retorno ao pleno exercício dos direitos societários por seus acionistas e a retomada das atividades regulares da Eletronet.

Após a homologação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Credores, a síndica da massa falida iniciou o processo de quitação das obrigações para com os credores. A Eletropar, como credora, recebeu, em 23 de dezembro de 2015, parte do valor acordado.

Em 24 de fevereiro de 2016, foi proferida a decisão do Juízo Falimentar, na qual foi condicionada a entrega da administração da Eletronet aos acionistas após o cumprimento de dois pontos pela Síndica, quais sejam: (i) a implementação dos pagamentos à vista autorizados pela Assembleia de Credores, e (ii) a publicação do edital mencionado no § 2º do art. 132 da Lei de Falências; tal como já determinado no item III da sentença às fls. 12.524.

Em 07 de abril de 2016, foi realizada a Ata da Entrega das Chaves da Eletronet S.A., com a presença da Dra. Renata Vilela Múltedo, Síndica da Massa Falida da Eletronet S.A., os representantes legais das acionistas da Eletronet S.A., LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. e Eletrobras Participações S.A. - Eletropar, e os novos administradores da Companhia, eleitos no dia 11 de março de 2016.

Após cumpridas integralmente todas as deliberações da Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., realizada em 15/12/2015, formalizou-se, neste ato, a entrega das chaves da Eletronet S.A. pela Síndica aos acionistas e administradores eleitos.

A Eletropar, LT Bandeirante Empreendimentos LTDA e a Eletrobras assinaram o "Memorando de Entendimentos", datado de 27 de novembro de 2015, onde foram definidas as condições para o encerramento da Falência da Eletronet e as obrigações das partes.

Dentre as obrigações ainda pendentes, está a celebração de aditivo ao Contrato de Cessão do Direito de Uso e ao Contrato de Constituição de Direito de Acesso, com o objetivo de: (i) prorrogar o direito de uso, pela Eletronet, das fibras óticas detidas pelas Cedentes por mais 20 (vinte) anos, a contar da data de encerramento do contrato regular; (ii) estabelecer a concessão pela Eletronet à Eletropar do direito de uso sobre as fibras óticas de propriedade da Eletronet, por igual prazo, observadas as condições econômico-financeiras aplicáveis ao Contrato de Constituição de Direito de Acesso.

O processo para celebração do aditivo aos contratos encontra-se em andamento.

Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa nº 8, às Demonstrações Financeiras de 2016.

**COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 118.054, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2016:

|              | QUANTIDADE DE ACIONISTAS | AÇÕES             |               |
|--------------|--------------------------|-------------------|---------------|
|              |                          | Quantidade        | (%)           |
| Eletrobras   | 1                        | 9.848.904         | 83,71         |
| Minoritários | 28.857                   | 1.915.985         | 16,29         |
| <b>Total</b> | <b>28.858</b>            | <b>11.764.889</b> | <b>100,00</b> |

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 16,03 por ação. Em 31 de dezembro de 2015, o valor patrimonial foi de R\$ 12,33 por ação.

**RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS**

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, foi realizado pelo Diretor Superintendente e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas foi efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria Eletropar.

A seguir, o quadro contendo resumo das negociações ocorridas na BM&FBOVESPA:

**1. Mercado à Vista (lote-padrão)**

|                         | 2016    | 2015    |
|-------------------------|---------|---------|
| Quantidade              | 9.700   | 14.200  |
| Volume (R\$)            | 507.739 | 719.693 |
| Nº de negócios          | 37      | 37      |
| Fechamento (R\$ / ação) | 54,40   | 48,90   |

**2. Mercado Fracionário**

|                         | 2016      | 2015      |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Quantidade              | 823       | 1.296     |
| Volume (R\$)            | 43.032,18 | 64.092,44 |
| Nº de negócios          | 60        | 84        |
| Fechamento (R\$ / ação) | 55,00     | 40,00     |

**3. Mercado a Termo**

|                | 2016       | 2015       |
|----------------|------------|------------|
| Quantidade     | 6.000      | 12.000     |
| Volume (R\$)   | 326.546,56 | 651.856,08 |
| Nº de negócios | 8          | 16         |

**RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em Lei).

A Eletropar apresentou no quarto trimestre de 2016, lucro líquido no valor de R\$ 1.754, superior em 380,56% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 365. No exercício de 2016, a companhia apresentou lucro de R\$ 35.509, superior em 568,72% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve lucro no valor de R\$ 5.310.

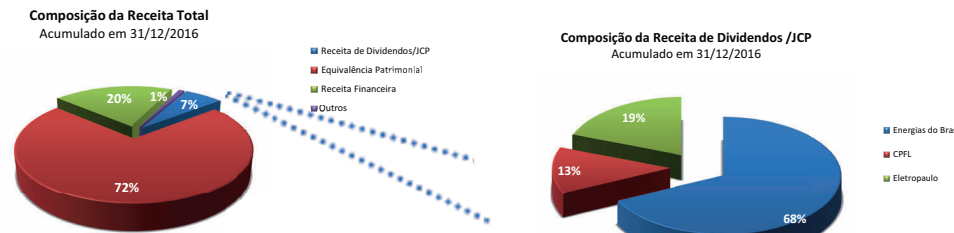
As Receitas Totais de 2016, no montante de R\$ 44.239, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 302,71% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2015, estas no montante de R\$ 10.985.

O aumento na Receita Total se explica em decorrência do reconhecimento da equivalência da investida CTEEP, que teve o seu resultado fortemente impactado pelo reconhecimento da remuneração dos ativos de concessão, referente a atualização dos seus ativos financeiros. (vide gráfico 2)

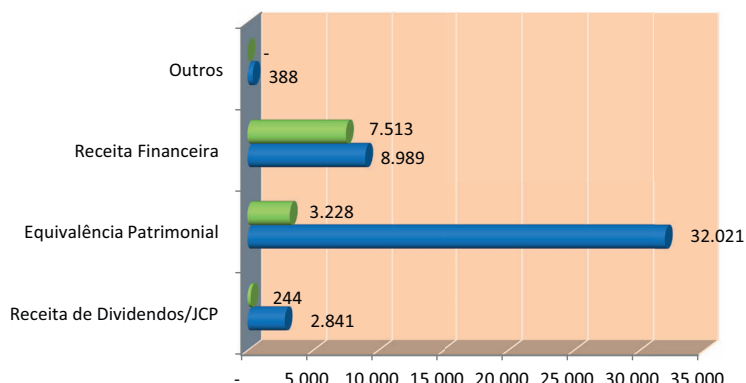
O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energias e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2016:

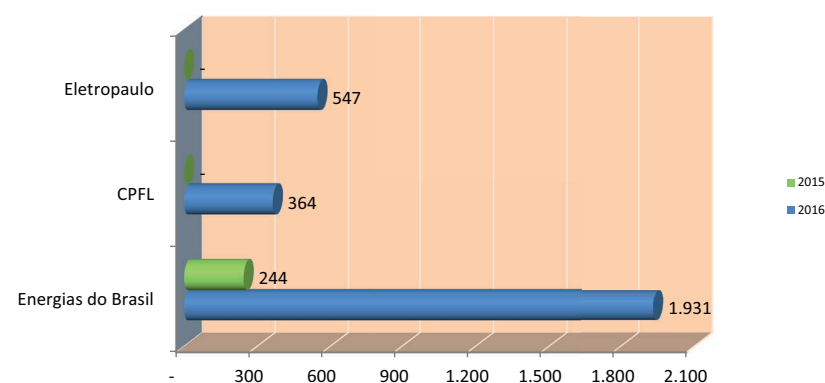
**Gráfico 1: Composição da Receita Total**



**Gráfico 2: Comparativo 2016 versus 2015 - Receitas Totais**



**Gráfico 3: Comparativo 2016 versus 2015 - Receita de Dividendos/JCP por investida**



O Resultado Financeiro em 2016, no montante de R\$ 8.058, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou aumento de 8,00% quando comparado ao apurado no exercício de 2015, cujo valor foi de R\$ 7.462. Tal feito pode ser explicado pela elevação da taxa que rentabiliza os fundos e pelo maior recurso financeiro aplicado.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 6.919, em 2016, observa-se um aumento na ordem de 38,45%, em relação ao exercício de 2015, quando seu valor foi de R\$ 4.998.

Cabe destacar que foi reconhecido, no primeiro trimestre de 2016, provisão de R\$ 712 referente a redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo e no segundo trimestre de 2016, provisão de R\$ 474 referente a perda com aquisição de ações da CTEEP.

Assim, caso tais perdas não tivessem sido realizadas as despesas operacionais em 2016 totalizariam o valor de R\$ 5.733. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2016 com o de 2015 (ajustado sem o efeito das perdas com provisão) mostraria um aumento na ordem de 14,72%, em função da elevação de gastos com tributos, propaganda e publicidade, e despesa com pessoal.

Parte do aumento com gastos com tributos justifica-se em virtude da incidência de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras a partir de 01 de julho de 2015.

**PRINCIPAIS INDICADORES**

A seguir, os principais indicadores econômicos e financeiros da Eletropar, relativos ao exercício de 2016, comparados com os de 2015:

|   | 2016    | 2015    |
|---|---------|---------|
| Receitas Operacionais                   | 35.250  | 3.472   |
| Receitas Financeiras                    | 8.989   | 7.513   |
| Receita Total                           | 44.239  | 10.985  |
| EBITDA (R\$ Mil)                        | 28.357  | (1.500) |
| Lucro Líquido (R\$ Mil)                 | 35.509  | 5.310   |
| Margem EBITDA (%)                       | 80,45   | (43,21) |
| Margem Líquida (%)                      | 100,73  | 152,92  |
| Lucro Por Ação – Básico e Diluído (R\$) | 3,01841 | 0,45137 |

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

O Estatuto Social da Eletropar determina que em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

A Companhia, ao longo dos últimos anos, tem proposto a distribuição de dividendos equivalentes a 100% (cem por cento) do lucro líquido ajustado do exercício.

O resultado do exercício de 2016, foi fortemente impactado pelo reconhecimento contábil da equivalência patrimonial sobre o resultado da investida CTEEP, que por sua vez registrou contabilmente a remuneração adicional a que a concessionária faz jus a partir dos critérios apresentados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 120/2016.

Esse acréscimo expressivo ao resultado contábil de 2016 não refletiu em fluxo de caixa para a CTEEP, pois a remuneração será recebida ao longo dos próximos oito anos, a partir de julho de 2017.

Tendo em vista a situação apresentada, a administração, em caráter excepcional, propõe para o exercício de 2016 a remuneração aos acionistas, no montante correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, equivalente a R\$ 0,719498390.

Propõe ainda, a constituição de reservas de lucro a realizar sobre o saldo remanescente, em conformidade com o art. 197, da Lei 6.404/76, uma vez que o resultado da equivalência patrimonial é considerado parcela não realizada do lucro líquido do exercício.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2015, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta em R\$ 8.465 (no valor de R\$ 0,71950 por ação). Esse valor será atualizado com base na taxa Selic a partir de 01/01/2017, até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente à atualização pela taxa Selic incidirá IRRF.

O saldo de R\$ 25.395, está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Reserva de Lucros a realizar.

**Item 1 - Cálculo do dividendo mínimo obrigatório**

|   |               |
|---|---------------|
| Lucro líquido do exercício              | 35.509        |
| (-) Reserva legal                       | (1.775)       |
| (+) Dividendos prescritos               | 126           |
| <b>(=) Lucro líquido do ajustado</b>    | <b>33.860</b> |
| (x) 25%                                 |               |
| <b>(=) Dividendo mínimo obrigatório</b> | <b>8.465</b>  |

**Item 2 - Cálculo do lucro líquido realizado (art.197 da Lei 6.404/76)**

|  |              |
|--|--------------|
| Lucro líquido do exercício             | 35.509       |
| (-) Lucro não realizado - Equivalência | (32.021)     |
| <b>(=) Lucro líquido realizado</b>     | <b>3.488</b> |

**Item 3 - Destinação do Lucro Líquido Ajustado**

|                              |               |
|------------------------------|---------------|
| Reserva legal                | 1.775         |
| Dividendo mínimo obrigatório | 8.465         |
| Reserva de lucros a realizar | 25.395        |
| <b>(=) Total</b>             | <b>35.635</b> |

Dividendo mínimo 8.465 Div. p/ ação 0,71950

Quantidade de ações 11.764.889

**Dividendo por ação 0,7194984**

**AUDITOR INDEPENDENTE**

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia passou a utilizar os serviços de auditoria independente fornecidos pela KPMG Auditores Independentes, a partir de março de 2014, que incluem a auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 3 (três) anos. A Companhia desde então não possui com os referidos Auditores nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de Auditoria Independente.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

**AGRADECIMENTOS**

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da gestão da Eletropar, neste exercício.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

**A Administração**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

| ATIVO   | (em milhares de Reais) | 31/12/2016     |                | 31/12/2015 |  |
|---|------------------------|----------------|----------------|------------|--|
|   |                        |                |                |            |  |
| <b>CIRCULANTE</b>                               |                        |                |                |            |  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                   | Nota 5                 | 499            | 5.388          |            |  |
| Títulos de Valores Mobiliários                  | 6                      | 54.382         | 64.053         |            |  |
| Remuneração dos investimentos                   | 7                      | 2.006          | 91             |            |  |
| Ativos fiscais a compensar                      | 9                      | 3.193          | 3.919          |            |  |
| Outros Créditos                                 | 13                     | -              | 316            |            |  |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas        | 8                      | 1.482          | 2.384          |            |  |
|   |                        | <b>61.562</b>  | <b>76.151</b>  |            |  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                           |                        |                |                |            |  |
| <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>                 |                        |                |                |            |  |
| Contas a Receber - Eletronet                    | 8                      | 1.482          | 2.768          |            |  |
| Ativos fiscais a compensar                      | 9                      | 3.609          | 2.192          |            |  |
| Depósitos judiciais                             |                        | -              | 54             |            |  |
|   |                        | <b>5.091</b>   | <b>5.014</b>   |            |  |
| <b>INVESTIMENTOS</b>                            |                        |                |                |            |  |
| Avaliados por equivalência patrimonial          | 10                     | 59.059         | 29.345         |            |  |
| Avaliados a valor justo                         |                        | 95.320         | 62.178         |            |  |
| <b>IMOBILIZADO</b>                              |                        | <b>28</b>      | <b>37</b>      |            |  |
| <b>INTANGÍVEL</b>                               |                        | <b>19</b>      | <b>28</b>      |            |  |
|   |                        | <b>159.517</b> | <b>96.602</b>  |            |  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                           |                        | <b>221.079</b> | <b>172.753</b> |            |  |
| <b>PASSIVO</b>                                  |                        |                |                |            |  |
| <b>CIRCULANTE</b>                               |                        |                |                |            |  |
| Remuneração aos acionistas                      | 13                     | 8.465          | 1.341          |            |  |
| Contas a pagar                                  | 11                     | 2.696          | 11.461         |            |  |
| Tributos e contribuições sociais                |                        | 232            | 218            |            |  |
| Obrigações estimadas                            |                        | 348            | 316            |            |  |
| Provisões para riscos trabalhistas              | 16                     | 300            | 300            |            |  |
|   |                        | <b>12.041</b>  | <b>13.636</b>  |            |  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                           |                        |                |                |            |  |
| Imposto de renda e contrib. social diferidos    | 12                     | 18.961         | 11.342         |            |  |
| Contas a Pagar - Cedentes                       | 11                     | 1.453          | 2.768          |            |  |
|   |                        | <b>20.414</b>  | <b>14.110</b>  |            |  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                       |                        |                |                |            |  |
| Capital social                                  | 13                     | 118.054        | 118.054        |            |  |
| Reserva legal                                   |                        | 2.256          | 481            |            |  |
| Dividendo adicional proposto                    |                        | -              | 4.020          |            |  |
| Ajustes de avaliação patrimonial                |                        | 42.919         | 22.452         |            |  |
| Reserva de lucros a realizar                    |                        | 25.395         | -              |            |  |
|   |                        | <b>188.624</b> | <b>145.007</b> |            |  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |                        | <b>221.079</b> | <b>172.753</b> |            |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

|   | (em milhares de Reais) | 01/01/2016 a 31/12/2016 |                | 01/01/2015 a 31/12/2015 |  |
|---|------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|--|
|   |                        |                         |                |                         |  |
| <b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>  |                        |                         |                |                         |  |
| Dividendos  | Nota                   | 1.811                   | 198            |                         |  |
| Juros sobre capital próprio   |                        | 1.030                   | 46             |                         |  |
| Participação societária   |                        | 32.021                  | 3.228          |                         |  |
| Restituição Receita Federal   |                        | 388                     | -              |                         |  |
|   |                        | <b>35.250</b>           | <b>3.472</b>   |                         |  |
| <b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>  |                        |                         |                |                         |  |
| Pessoal/honorários  |                        | (3.413)                 | (3.161)        |                         |  |
| Materiais e produtos  |                        | (58)                    | (56)           |                         |  |
| Viagens, condução e treinamento                                     |                        | (100)                   | (61)           |                         |  |
| Serviços de terceiros   |                        | (799)                   | (734)          |                         |  |
| Propaganda e publicidade  |                        | (460)                   | (392)          |                         |  |
| Tributos e contribuições  |                        | (513)                   | (200)          |                         |  |
| Aluguel, condomínio e IPTU  |                        | (180)                   | (83)           |                         |  |
| Reversão (Provisões) operação Eletronet                             | 8                      | -                       | 267            |                         |  |
| Reversão (Provisões) operacionais                                   |                        | -                       | 33             |                         |  |
| Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros       | 10                     | (712)                   | (189)          |                         |  |
| Perda na subscrição   |                        | (474)                   | -              |                         |  |
| Provisão contingências  | 16                     | (57)                    | (300)          |                         |  |
| Outras  |                        | (153)                   | (122)          |                         |  |
|   |                        | <b>(6.919)</b>          | <b>(4.998)</b> |                         |  |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>          |                        | <b>28.331</b>           | <b>(1.526)</b> |                         |  |
| <b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>                              |                        |                         |                |                         |  |
| Receitas financeiras  |                        | 8.989                   | 7.513          |                         |  |
| Despesas financeiras  |                        | (931)                   | (51)           |                         |  |
|   |                        | <b>8.058</b>            | <b>7.462</b>   |                         |  |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO</b>   |                        | <b>36.389</b>           | <b>5.936</b>   |                         |  |
| <b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> |                        | <b>(880)</b>            | <b>(626)</b>   |                         |  |
| Imposto de renda e contribuição social                              | 12                     |                         |                |                         |  |
|   |                        | <b>35.509</b>           | <b>5.310</b>   |                         |  |
| <b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>                        |                        | <b>3.01841</b>          | <b>0,45137</b> |                         |  |
| <b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO</b>                                    |                        |                         |                |                         |  |
| Básico e Diluído  |                        |                         |                |                         |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

|  | (em milhares de Reais) | 01/01/2016 a 31/12/2016 |              | 01/01/2015 a 31/12/2015 |  |
|--|------------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--|
|  |                        |                         |              |                         |  |
| <b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>   |                        | <b>35.509</b>           | <b>5.310</b> |                         |  |
| Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa |                        | 29.177                  | (608)        |                         |  |
| (-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo   |                        | (7.619)                 | 86           |                         |  |
| Outros resultados abrangentes - coligadas  |                        | (1.091)                 | 342          |                         |  |
| <b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>  |                        | <b>55.976</b>           | <b>5.130</b> |                         |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

|  | (em milhares de Reais) |               |                              |                              |                                 |                               |                             |
|--|------------------------|---------------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
|  | CAPITAL SOCIAL         | RESERVA LEGAL | RESERVA DE LUCROS A REALIZAR | DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO | AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| <b>Em 31 de dezembro de 2014</b>                     | <b>118.054</b>         | <b>215</b>    | <b>-</b>                     | <b>-</b>                     | <b>22.633</b>                   | <b>-</b>                      | <b>140.902</b>              |
| Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros | -                      | -             | -                            | -                            | (521)                           | -                             | (521)                       |
| Outros Resultados abrangentes - Coligadas            | -                      | -             | -                            | -                            | 342                             | -                             | 342                         |
| Lucro Líquido do período                             | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 5.310                         | 5.310                       |
| Dividendos prescritos                                | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 316                           | 316                         |
| Destinação do Resultado:                             |                        |               |                              |                              |                                 |                               |                             |
| Constituição de Reserva Legal                        | -                      | 266           | -                            | -                            | -                               | (266)                         | -                           |
| Dividendo adicional proposto                         | -                      | -             | -                            | 4.020                        | -                               | (4.020)                       | -                           |
| Dividendo mínimo obrigatório                         | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | (1.340)                       | (1.340)                     |
| <b>Em 31 de dezembro de 2015</b>                     | <b>118.054</b>         | <b>481</b>    | <b>-</b>                     | <b>4.020</b>                 | <b>22.452</b>                   | <b>-</b>                      | <b>145.007</b>              |
| Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros | -                      | -             | -                            | -                            | 21.558                          | -                             | 21.558                      |
| Outros Resultados abrangentes - Coligadas            | -                      | -             | -                            | -                            | (1.091)                         | -                             | (1.091)                     |
| Lucro Líquido do período                             | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 35.509                        | 35.509                      |
| Aprovação de dividendo adicional - AGO 2016          | -                      | -             | -                            | (4.020)                      | -                               | -                             | (4.020)                     |
| Dividendos prescritos                                | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 126                           | 126                         |
| Destinação do Resultado:                             |                        |               |                              |                              |                                 |                               |                             |
| Constituição de Reserva Legal                        | -                      | 1.775         | -                            | -                            | -                               | (1.775)                       | -                           |
| Dividendo mínimo obrigatório                         | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | (8.465)                       | (8.465)                     |
| Reserva de lucros a realizar                         | -                      | -             | 25.395                       | -                            | -                               | (25.395)                      | -                           |
| <b>Em 31 de dezembro de 2016</b>                     | <b>118.054</b>         | <b>2.256</b>  | <b>25.395</b>                | <b>-</b>                     | <b>42.919</b>                   | <b>-</b>                      | <b>188.624</b>              |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

|  | (em milhares de Reais)  |                         |
|--|-------------------------|-------------------------|
|  | 01/01/2016 a 31/12/2016 | 01/01/2015 a 31/12/2015 |
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |                         |                         |
| <b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>                                 | <b>35.509</b>           | <b>5.310</b>            |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações: |                         |                         |
| Depreciação e amortização  | 27                      | 26                      |
| Resultado de participações societárias                                       | (32.021)                | (3.229)                 |
| Perda na aquisição de participação acionária                                 | 474                     | -                       |
| Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda                         | 712                     | 189                     |
| Provisão para riscos trabalhistas  | -                       | 300                     |
| Sub total  | <b>4.701</b>            | <b>2.596</b>            |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais                                    |                         |                         |
| Remuneração dos investimentos  | (3.766)                 | 461                     |
| Ativos fiscais a compensar   | (691)                   | (852)                   |
| Créditos diversos  | 316                     | -                       |
| Depósito Judiciais   | 57                      | -                       |
| Contas a receber com Partes Relacionadas                                     | 2.187                   | (5.152)                 |
| Títulos de Valores Mobiliários   | 9.672                   | (21.979)                |
|  | <b>7.775</b>            | <b>(27.522)</b>         |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais                                  |                         |                         |
| Tributos e contribuições sociais   | 14                      | 84                      |
| Contas a pagar com Partes Relacionadas                                       | (10.080)                | 13.353                  |
| Obrigações estimadas   | 32                      | 105                     |
|  | <b>(10.034)</b>         | <b>13.542</b>           |
| Dividendos recebidos   | 3.707                   | 2.258                   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                           | <b>6.149</b>            | <b>(9.126)</b>          |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   |                         |                         |
| Pagamento de dividendos  | (5.361)                 | -                       |
| Outros   | 127                     | -                       |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                       | <b>(5.234)</b>          | <b>-</b>                |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>   |                         |                         |
| Aquisição de ativo imobilizado/intangível                                    | (10)                    | (15)                    |
| Aquis. Investimentos   | (5.794)                 | -                       |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>                       | <b>(5.804)</b>          | <b>(15)</b>             |
| <b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>                              | <b>(4.889)</b>          | <b>(9.141)</b>          |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>                  | <b>5.388</b>            | <b>14.529</b>           |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>                     | <b>499</b>              | <b>5.388</b>            |
| <b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>                              | <b>(4.889)</b>          | <b>(9.141)</b>          |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

|   | (em milhares de Reais)  |                         |
|---|-------------------------|-------------------------|
|   | 01/01/2016 a 31/12/2016 | 01/01/2015 a 31/12/2015 |
| <b>1 - RECEITAS</b>   | <b>-</b>                | <b>-</b>                |
| <b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>                            |                         |                         |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros                    | (1.476)                 | (1.324)                 |
| Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros         | (712)                   | (189)                   |
| Reversão (Perda) Eletronet  | -                       | 267                     |
| Reversão (Perda) operacional  | (474)                   | 33                      |
|   | <b>(2.662)</b>          | <b>(1.213)</b>          |
| <b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                                     | <b>(2.662)</b>          | <b>(1.213)</b>          |
| <b>4 - RETENÇÕES</b>  |                         |                         |
| Depreciação, amortização e exaustão                                   | (27)                    | (26)                    |
|   | <b>(27)</b>             | <b>(26)</b>             |
| <b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA</b>            | <b>(2.689)</b>          | <b>(1.239)</b>          |
| <b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>                 |                         |                         |
| Receitas Financeiras  | 8.989                   | 7.513                   |
| Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio | 34.862                  | 3.472                   |
| Restituição Receita Federal   | 388                     | -                       |
|   | <b>44.239</b>           | <b>10.985</b>           |
| <b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>                        | <b>41.550</b>           | <b>9.746</b>            |
| <b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>                           |                         |                         |
| Remuneração direta  | 2.845                   | 2.630                   |
| Impostos, Taxas e Contribuições                                       | 1.958                   | 1.355                   |
| Remuneração do capital de terceiros                                   | 1.112                   | 135                     |
| Remuneração do capital próprio:                                       |                         |                         |
| Lucro (Prejuízo) do exercício   | -                       | -                       |
| Lucros retidos  | 27.170                  | 4.286                   |
| Dividendos  | 8.465                   | 1.340                   |
|   | <b>41.550</b>           | <b>9.746</b>            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da Light – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, da Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – Eletronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações. Vale registrar que a Eletropar continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 27 de março de 2017.

**NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

**2.2. Investimentos em coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

**2.4. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**2.4.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como "disponível para venda", são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

**2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulada reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

**2.5. Remuneração dos investimentos**

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

**2.6. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

|  |              |
|--|--------------|
| Máquinas e Equipamentos.....           | 10 - 15 anos |
| Direitos de Uso de Software .....      | 5 anos       |
| Móveis, utensílios e equipamentos..... | 3 - 8 anos   |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

**2.7. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas Leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

**2.9. Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

**2.10. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.11. Receita de dividendos e juros**

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

**2.11.1. Receita Financeira**

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em Lei).

**2.12. Apuração do resultado do exercício**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

**2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

**2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Abaixo segue relação das novas normas que poderiam ter impacto na Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes
- IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, porém, não espera que os mesmos tragam impacto relevante para suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

**NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

**3.1. Fatores de Risco Financeiro**

**I – Risco de volatilidade no preço das ações**

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

**II – Risco de crédito das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

**III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

**Análise de sensibilidade**

|                                       | cenário base | cenário Provável | cenário Remoto | cenário Possível |
|---------------------------------------|--------------|------------------|----------------|------------------|
| Rendimento das Aplicações Financeiras | 14,47%       | 11,50%           | 14,00%         | 10,00%           |
|                                       | 8.989        | 7.167            | 8.725          | 6.232            |

**3.2. Gestão de Capital**

A Eletrobras, cuja participação no capital social da Eletropar é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

**3.3. Estimativa do valor justo**

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

**Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

**Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando - se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2016.

|  | 31/12/2016     |         |         |
|--|----------------|---------|---------|
|  | Nível 1        | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda:               |                |         |         |
| Investimentos  | 95.320         | -       | -       |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: |                |         |         |
| Aplicações financeiras                                   | 54.840         | -       | -       |
|  | <b>150.160</b> |         |         |
|  | 31/12/2015     |         |         |
|  | Nível 1        | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda:               |                |         |         |
| Investimentos  | 62.178         | -       | -       |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: |                |         |         |
| Aplicações financeiras                                   | 69.403         | -       | -       |
|  | <b>131.581</b> |         |         |

**NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

|                                      | 31/12/2016                                  |                       |                |
|--------------------------------------|---|-----------------------|----------------|
|                                      | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Total          |
| Ativos conforme Balanço Patrimonial: |   |                       |                |
| Investimentos                        | -   | 95.320                | 95.320         |
| Aplicações financeiras               | 54.840                                      | -                     | 54.840         |
|                                      | <b>54.840</b>                               | <b>95.320</b>         | <b>150.160</b> |

|                                      | 31/12/2015                                  |                       |                |
|--------------------------------------|---|-----------------------|----------------|
|                                      | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Total          |
| Ativos conforme Balanço Patrimonial: |   |                       |                |
| Investimentos                        | -   | 62.178                | 62.178         |
| Aplicações financeiras               | 69.403                                      | -                     | 69.403         |
|                                      | <b>69.403</b>                               | <b>62.178</b>         | <b>131.581</b> |

**NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

|                        | 31/12/2016 | 31/12/2015   |
|------------------------|------------|--------------|
| Caixa e Bancos         | 40         | 38           |
| Aplicações Financeiras | 459        | 5.350        |
|                        | <b>499</b> | <b>5.388</b> |

**NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM**

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

|                                     | Indexador  | Agente Financeiro | Saldo em 31/12/2016 |
|-------------------------------------|------------|-------------------|---------------------|
| Cotas do Fundo (venc. após 90 dias) | Pré-fixado | Banco do Brasil   | 54.381              |
|                                     |            |                   | <b>54.381</b>       |

**NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

|                          | 31/12/2016   | 31/12/2015 |
|--------------------------|--------------|------------|
| EDP – Energias do Brasil | 876          | 39         |
| CTEEP                    | 905          | -          |
| EMAE                     | 225          | 52         |
|                          | <b>2.006</b> | <b>91</b>  |

**NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES**

Em 2015, após a decisão da Eletropar, juntamente com a Eletrobras, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a Eletropar concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

| Credor    | Valor Habilitado | Proposta |
|-----------|------------------|----------|
| Eletropar | 57.356           | 13.340   |

Em 23 de dezembro de 2015, a Eletropar recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil, restando o valor de R\$ 4.152 mil a ser pago nos exercícios de 2016 a 2018.

Em dezembro de 2016 foi recebido 1/3 do valor acima (R\$ 1.384 mil), corrigido pelo IGPM, referente a 2ª parcela do acordo. O restante do valor será recebido em 24 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2017.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração a qual a Eletropar tem direito.

O valor recebido em dezembro foi repassado às cedentes, corrigidos entre a data de recebimento pela Eletronet e a data de repasse, descontada a taxa de administração da Eletropar.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.

**DIREITOS ELETRONET E CEDENTES**

|                              | 31/12/2015   | 31/12/2016   |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Contas a receber – Eletronet | 4.152        | 2.964        |
| Outros créditos a receber    | 1.000        | -            |
|                              | <b>5.152</b> | <b>2.964</b> |
| Ativo Circulante             | <b>2.384</b> | <b>1.482</b> |
| Ativo Não Circulante         | <b>2.768</b> | <b>1.482</b> |

**OBRIGAÇÕES ELETRONET E CEDENTES**

|                                    | 31/12/2015    | Pagamento       | Correção Monetária | 31/12/2016   |
|------------------------------------|---------------|-----------------|--------------------|--------------|
| Obrigação com as Empresas Cedentes | 13.073        | (11.145)        | 978                | 2.906        |
|                                    | <b>13.073</b> | <b>(11.145)</b> | <b>-</b>           | <b>2.906</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>          | <b>10.305</b> | <b>-</b>        | <b>-</b>           | <b>1.453</b> |
| <b>Passivo Não Circulante</b>      | <b>2.768</b>  | <b>-</b>        | <b>-</b>           | <b>1.453</b> |

Para composição do Contas a Pagar, esta nota explicativa é complementada pelas informações que constam na nota explicativa nº 11.

**NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR**

|  | 31/12/2016   | 31/12/2015   |
|--|--------------|--------------|
| IRRF sobre juros sobre capital próprio | 155          | 7            |
| IRRF sobre aplicações financeiras      | 1.223        | 1.027        |
| IRRF – exercícios anteriores           | 4.248        | 5.069        |
| IRRF – exercício 2015                  | 1.171        | -            |
| CSLL – Exercícios anteriores           | 5            | 5            |
| COFINS/PIS                             | -            | 3            |
|  | <b>6.802</b> | <b>6.111</b> |
| Circulante                             | 3.193        | 3.919        |
| Não Circulante                         | 3.609        | 2.192        |
|  | <b>6.802</b> | <b>6.111</b> |

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

**NOTA 10 - INVESTIMENTOS**

A composição dos investimentos da Eletropar em 31 de dezembro de 2016 está distribuída da seguinte forma:

**I – Empresas avaliadas pelo valor justo**

|                                 | Valor de Mercado (disponível para venda) |               | Tipo | Quantidade | Participação (%) |
|---------------------------------|--|---------------|------|------------|------------------|
|                                 | 2016                                     | 2015          |      |            |                  |
| Eletropaulo <sup>1</sup>        | 23.660                                   | 17.603        | PNB  | 2.095.644  | 1,25             |
| Energias do Brasil <sup>2</sup> | 26.229                                   | 17.888        | ON   | 1.892.432  | 0,31             |
| CPFL Energia <sup>3</sup>       | 45.431                                   | 26.687        | ON   | 1.802.105  | 0,18             |
|                                 | <b>95.320</b>                            | <b>62.178</b> |      |            |                  |

<sup>1</sup> Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo

<sup>2</sup> EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

<sup>3</sup> CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

No primeiro trimestre de 2016 foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 712.

Em abril de 2016, a CPFL aprovou na AGE, o aumento do atual capital social da Companhia, de R\$ 5.348.312 mil para R\$ 5.741.284 mil, mediante a capitalização de reserva estatutária de reforço de capital de giro, com bonificação em ações e a emissão de 24.900.531 ações bonificadas, à razão de 2,5%, ou seja, na proporção de 0,025 nova ação, da mesma espécie, para cada ação possuída de que forem titulares os acionistas na posição final do dia 29 de abril de 2016. Nesta operação a quantidade de ações disponibilizadas a Eletropar com a bonificação é de 44.084 novas ações e a quantidade de ações ON da CPFL passa de 1.758.021 para 1.802.105.

Em Junho de 2016, a Eletropar subscreveu 406.754 ações ordinárias da EDP – Energias do Brasil, no valor unitário de R\$ 11,50, totalizando no montante de R\$ 4.678 mil, conforme ata da 226ª Reunião do Conselho de Administração da EDP.

**II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial**

A Eletropar detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

|           | Tipo | Quantidade  | Participação (%) |
|-----------|------|-------------|------------------|
| CTEEP     | PN   | 1.084.797   | 0,6578           |
| EMAE      | PN   | 523.911     | 1,420            |
| Eletronet | PN   | 149.999.001 | 49,000           |

No 300ª Reunião do Conselho de Administração da CTEEP, realizada em 02 de junho de 2016, a companhia homologou o aumento de capital, dentro do limite aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 05 de abril de 2016, no valor de R\$ 157.146 mil, com emissão de 3.461.371 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Eletropar subscreveu 24.572 ações preferenciais.

|                               | Mutações dos Investimentos |               |               |
|-------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|
|                               | CTEEP                      | EMAE          | TOTAL         |
| <b>Saldo em 31/12/2015</b>    | <b>18.547</b>              | <b>10.798</b> | <b>29.345</b> |
| Aumento de capital            | 641                        | -             | 641           |
| Equivalência                  | 31.237                     | 784           | 32.021        |
| Outros resultados abrangentes | -                          | (1.091)       | (1.091)       |
| JCP/Dividendos                | (1.631)                    | (226)         | (1.857)       |
| <b>Saldo em 31/12/2016</b>    | <b>48.794</b>              | <b>10.265</b> | <b>59.059</b> |

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e no que se refere aos pagamentos realizados aos aposentados, tal obrigação decorre de preceito legalmente instituído (Lei estadual nº 4819/1958) e ratificado por decisão judicial. Tal fato

caracteriza uma obrigação construtiva conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 33 – Benefícios pós-emprego. Contudo, a CTEEP não apresenta em seu passivo valores correspondentes a tal obrigação.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP até 31 de dezembro de 2016.

|                                    | Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP |                  |
|------------------------------------|---------------------------------|------------------|
|                                    | CTEEP                           | Partic. 0,65789% |
| <b>Patrimônio Líquido 31/12/16</b> | <b>10.118.390</b>               | <b>66.569</b>    |
| Ajustes acumulados                 | (2.702.239)                     | (17.775)         |
| <b>Saldo ajustado em 31/12/16</b>  | <b>7.416.151</b>                | <b>48.794</b>    |

**II.1 Investida CTEEP**

**Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica**

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-Aneel afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa às suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 21 de dezembro de 2015, a Aneel publicou Despacho nº 4036/2015 com novo entendimento para o valor das instalações do “SE” que a CTEEP teria direito de receber, no montante de R\$ 3.896.328 mil. Também, em 20 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 120, determinando que os valores homologados pela Aneel relativos a estes ativos, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos.

O valor referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, foi remensurado conforme condições previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica Aneel nº 336/2016, por determinação do CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e a luz do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros.

A partir da estimativa dos valores da RAP, base setembro de 2016, a CTEEP revisou o fluxo de recebimento de caixa e remensurou o ativo financeiro referente às instalações do SE, em 30 de setembro de 2016, que resultou em R\$ 8.602.710, com impacto de R\$ 7.111.714 no ativo financeiro, R\$ 6.315.963 na receita operacional líquida (R\$ 795.751 referente PIS e COFINS diferidos), R\$ 2.147.428 nas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 4.168.535 no lucro líquido. A remuneração deste ativo financeiro no 4º trimestre de 2016 gerou uma receita de R\$ 206.778, registrada na rubrica de remuneração dos ativos da concessão.

Considerando a participação da Companhia na referida investida, o impacto na receita de equivalência do 4º trimestre foi no montante de R\$ 1.329.

**II.2 Investida Eletronet**

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

No dia 07 de abril, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

No dia 09 de dezembro de 2016, foram aprovados pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.

As Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram aprovadas pela administração da Eletronet no dia 23 de fevereiro de 2017.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

|                                  | Capital Social | Prejuízos acumulados | Total            |
|----------------------------------|----------------|----------------------|------------------|
| Saldo em 31/12/14 (não auditado) | 321.387        | (682.576)            | (361.189)        |
| Lucro líquido do exercício 2015  | -              | 173.963              | 173.963          |
| <b>Saldo em 31/12/15</b>         | <b>321.387</b> | <b>(508.612)</b>     | <b>(187.225)</b> |
| Prejuízo do exercício 2016       | -              | (44.260)             | (44.260)         |
| <b>Saldos em 31/12/16</b>        | <b>321.387</b> | <b>(552.872)</b>     | <b>(231.485)</b> |

No relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da companhia foi apresentado opinião com ressalva referente Provisão de imposto de renda e contribuição social e PIS e COFINS sobre perdão de dívida.

Considerando as ressalvas do auditor independente da Eletronet e as políticas e práticas contábeis da Eletropar, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da companhia foi ajustado, conforme demonstrado abaixo:

**Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet**

|                                    | Eletronet        | Partic. 49%      |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Patrimônio Líquido 31/12/16</b> | <b>(231.485)</b> | <b>(113.428)</b> |
| Ajustes exercício 2015             | (78.277)         | (38.356)         |
| Ajustes exercício 2016             | (31.652)         | (15.509)         |
| <b>Saldo ajustado em 31/12/16</b>  | <b>(341.414)</b> | <b>(167.293)</b> |

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

**II.3 Ativo e Passivo Coligadas**

| Coligadas | Participação % | 31/12/2016                                 |               | Empréstimos e financiamentos | Outros passivos | Patrimônio líquido |
|-----------|----------------|--|---------------|------------------------------|-----------------|--------------------|
|           |                | Ativo financeiro, intangível e imobilizado | Outros ativos |                              |                 |                    |
| CTEEP     | 0,66           | 43.643                                     | 14.559.451    | 312.561                      | 4.172.143       | 10.118.390         |
| EMAE      | 1,42           | 12.558                                     | 1.020.772     | -                            | 310.391         | 722.939            |
| Eletronet | 49,00          | 78.484                                     | 40.394        | -                            | 350.363         | (231.485)          |

**II.4 Resultado Coligadas**

| Coligadas | 31/12/2016                  |                    |                    |                       |                          |                           |
|-----------|-----------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------------|
|           | Receita Operacional Líquida | Receita Financeira | Despesa Financeira | Imposto sobre o lucro | Lucro Líquido (Prejuízo) | Depreciação e Amortização |
| CTEEP     | 7.585.688                   | 51.106             | (169.258)          | (2.324.143)           | 4.932.312                | (8.313)                   |
| EMAE      | 178.006                     | 86.855             | (1.098)            | (20.948)              | 54.980                   | (925)                     |
| Eletronet | 53.559                      | 5.229              | (31.333)           | -                     | (44.260)                 | 23.914                    |

**III – Saldo total de investimentos em participações societárias**

|  | 31/12/2016     | 31/12/2015    |
|--|----------------|---------------|
| Avaliados ao valor justo               | 95.320         | 62.178        |
| Avaliados por equivalência patrimonial | 59.059         | 29.345        |
|  | <b>154.379</b> | <b>91.523</b> |

**NOTA 11– CONTAS A PAGAR**

|  | 31/12/2016   | 31/12/2015    |
|--|--------------|---------------|
| Eletrobras                                   | 1.177        | 1.094         |
| ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda. | 50           | 47            |
| Cedentes                                     | 2.906        | 13.073        |
| Outros                                       | 16           | 15            |
|  | <b>4.149</b> | <b>14.229</b> |
| <b>CIRCULANTE</b>                            | <b>2.696</b> | <b>11.461</b> |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                        | <b>1.453</b> | <b>2.768</b>  |

**NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

|  | 2016         | 2015          |
|--|--------------|---------------|
| Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:     | 36.389       | 5.936         |
| Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%): | 12.372       | 2.018         |
| Efeitos de adições e (exclusões):  |              |               |
| Equivalência patrimonial e dividendos                                    | (11.503)     | (1.164)       |
| Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda                        | 404          | 64            |
| Reversão Provisão Eletronet  | -            | (91)          |
| Provisão Riscos Trabalhistas/Administrativos                             | 19           | 102           |
| Outros   | (412)        | (303)         |
|  | (11.492)     | (1.392)       |
| <b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado</b>               | <b>880</b>   | <b>626</b>    |
| <b>Alíquota efetiva</b>  | <b>2,42%</b> | <b>10,54%</b> |

## II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

|   |               |
|---|---------------|
| <b>Saldo em 31/12/2015</b>                    | <b>11.342</b> |
| IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo | 7.619         |
| <b>Saldo em 31/12/2016</b>                    | <b>18.961</b> |

## NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

|              | QUANTIDADE DE ACIONISTAS | AÇÕES             |                  |
|--------------|--------------------------|-------------------|------------------|
|              |                          | Quantidade        | Participação (%) |
| Eletrobras   | 1                        | 9.848.904         | 83,71            |
| Minoritários | 28.857                   | 1.915.985         | 16,29            |
|              | <b>28.858</b>            | <b>11.764.889</b> | <b>100,00</b>    |

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 16,03 por ação (R\$ 12,33 por ação, em 31 de dezembro de 2015).

### II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2016, no valor de R\$ 0,71950 por ação, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 acrescidos dos dividendos prescritos referentes ao ano de 2013, e será atualizada com base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2016 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2016, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta R\$ 8.465 (no valor de R\$ 0,71950 por ação). O restante, no valor de R\$ 25.395, está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Reservas de Lucros a realizar, em conformidade com o art. 197, da Lei 6.404/76.

A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a equivalência patrimonial não corresponde a parcela do lucro realizado. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 247/1996 para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

#### Item 1 - Cálculo do dividendo mínimo obrigatório

|   |               |
|---|---------------|
| Lucro líquido do exercício              | 35.509        |
| (-) Reserva legal                       | (1.775)       |
| (+) Dividendos prescritos               | 126           |
| <b>(=) Lucro líquido do ajustado</b>    | <b>33.860</b> |
| (x)                                     | 25%           |
| <b>(=) Dividendo mínimo obrigatório</b> | <b>8.465</b>  |

#### Item 2 - Cálculo do lucro líquido realizado (art.197 da Lei 6.404/76)

|  |              |
|--|--------------|
| Lucro líquido do exercício             | 35.509       |
| (-) Lucro não realizado - Equivalência | (32.021)     |
| <b>(=) Lucro líquido realizado</b>     | <b>3.488</b> |

#### Item 3 - Destinação do Lucro Líquido Ajustado

|                              |               |
|------------------------------|---------------|
| Reserva legal                | 1.775         |
| Dividendo mínimo obrigatório | 8.465         |
| Reserva de lucros a realizar | 25.395        |
| <b>(=) Total</b>             | <b>35.635</b> |

|                  |       |              |         |
|------------------|-------|--------------|---------|
| Dividendo mínimo | 8.465 | Div. p/ ação | 0,71950 |
|------------------|-------|--------------|---------|

|                     |            |
|---------------------|------------|
| Quantidade de ações | 11.764.889 |
|---------------------|------------|

|                           |                  |
|---------------------------|------------------|
| <b>Dividendo por ação</b> | <b>0,7194984</b> |
|---------------------------|------------------|

#### NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

| <b>01/01/2016 a 31/12/2016</b>            |                |                |
|---|----------------|----------------|
|   | Ordinárias     | Total          |
| Numerador                                 |                |                |
| Lucro atribuível a cada classe de ações   | 35.509         | 35.509         |
| Denominador                               |                |                |
| Média ponderada da quantidade de ações    | 11.765         | 11.765         |
| % de ações em relação ao total            | 100%           | 100%           |
| Resultado por ação básico e diluído (R\$) | <u>3,01841</u> | <u>3,01841</u> |
| <b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>            |                |                |
|   | Ordinárias     | Total          |
| Numerador                                 |                |                |
| Lucro atribuível a cada classe de ações   | 5.310          | 5.310          |
| Denominador                               |                |                |
| Média ponderada da quantidade de ações    | 11.765         | 11.765         |
| % de ações em relação ao total            | 100%           | 100%           |
| Resultado por ação básico e diluído (R\$) | <u>0,4513</u>  | <u>0,4513</u>  |

#### NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

#### I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

|                           | 31/12/2016   | 31/12/2015   |
|---------------------------|--------------|--------------|
| <b>PASSIVO</b>            |              |              |
| Contas a pagar            |              |              |
| - Eletrobras <sup>4</sup> | 1.177        | 1.094        |
|                           | <u>1.177</u> | <u>1.094</u> |

#### RESULTADO

|                                |              |              |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Gastos com pessoal requisitado | 2.578        | 2.264        |
| Aluguel                        | 180          | 82           |
| Energia                        | 18           | 9            |
|                                | <u>2.776</u> | <u>2.355</u> |

#### II – Coligadas

##### CTEEP

|                               | 31/12/2016    | 31/12/2015    |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| <b>ATIVO</b>                  |               |               |
| Remuneração dos investimentos | 1.630         | 2.206         |
| Participação Societária       | 48.794        | 18.547        |
|                               | <u>50.424</u> | <u>20.753</u> |

##### RESULTADO

|   | 31/12/2016    | 31/12/2015   |
|---|---------------|--------------|
| Perda na subscrição                     | (474)         | -            |
| Resultado com participações societárias | 31.237        | 2.380        |
|   | <u>30.763</u> | <u>2.380</u> |

##### EMAE

|                               | 31/12/2016    | 31/12/2015    |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| <b>ATIVO</b>                  |               |               |
| Remuneração dos investimentos | 227           | 52            |
| Participação Societária       | 10.264        | 10.798        |
|                               | <u>10.491</u> | <u>10.850</u> |

##### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

|                               |                |            |
|-------------------------------|----------------|------------|
| Outros resultados abrangentes | (1.091)        | 342        |
|                               | <u>(1.091)</u> | <u>342</u> |

##### RESULTADO

|   |            |            |
|---|------------|------------|
| Resultado com participações societárias | 784        | 846        |
|   | <u>784</u> | <u>846</u> |

<sup>4</sup> Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.

- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.

- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

#### III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

#### IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

|  | 31/12/2016   | 31/12/2015   |
|--|--------------|--------------|
| Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros | 1.112        | 1.050        |
| Encargos Sociais                             | 367          | 342          |
| Benefícios                                   | 30           | 35           |
|  | <u>1.509</u> | <u>1.427</u> |

#### NOTA 16 – PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como possível.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015 e mantém sua provisão em dezembro de 2016.

| Natureza     | Valor      |
|--------------|------------|
| Trabalhista  | 300        |
| <b>TOTAL</b> | <b>300</b> |

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
*Diretor Presidente*

Jorge José Teles Rodrigues  
*Diretor Superintendente e de Relações com Investidores*

Glauco Dourado dos Santos  
*Contadora*  
 CRC-RJ 101.402/O-6

#### Conselho de Administração

Samuel Assayag Hanan  
*Presidente*

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
*Conselheiro*

Carlos Alberto Policaro  
*Conselheiro*

Francisco de Assis Duarte de Lima  
*Conselheiro*

Henrique Villa da Costa Ferreira  
*Conselheiro*

#### Conselho Fiscal

Helio Saraiva Franca  
*Presidente*

Luiz Manoel Claro Soares  
*Conselheiro*

Paulo Sergio Petis Fernandes  
*Conselheiro*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores,

Eletroras Participações S.A - Eletropar.

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Eletroras Participações S.A. - Eletropar (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletroras Participações S.A - Eletropar em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia detém participações societárias em empresas de Energia de capital aberto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, por se tratarem de investimentos com influência significativa. Essas investidas registram estimativas contábeis críticas relevantes, que envolvem um alto nível de julgamento na sua avaliação, e que podem afetar o resultado da Eletropar de forma relevante, como descrito a seguir:

- Ativo financeiro da concessão já que envolve julgamento quanto à definição dos critérios utilizados para determinação do valor da indenização.
- Mensuração das provisões para demandas judiciais, uma vez que avaliação da probabilidade de desembolso financeiro dos processos envolve julgamento por parte da investida e de seus assessores jurídicos externos.
- Reconhecimento de receita já que por estar em ambiente regulado, a Investida está sujeita a diversas variáveis que podem gerar impacto em suas receitas.
- Plano de pensão face ao julgamento existente na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras.
- Incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e seu desconto, que são base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e o impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras.

Devido à relevância do investimento e resultados destas investidas nas demonstrações financeiras da Eletropar, assim como a mensuração das estimativas contábeis destas investidas envolverem julgamento significativo da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e consequentemente nas demonstrações financeiras da Eletropar, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela Companhia para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras no processo de registro da equivalência patrimonial. Os nossos procedimentos de auditoria para esse investimento, incluíram a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes da investida, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas a esses auditores. Realizamos reuniões e avaliações do trabalho realizado sobre o reconhecimento de receita, contas a receber e mensuração das provisões para contingências e análise das evidências de auditoria obtidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas, procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos acima referidos. Efetuamos testes de recálculo das participações na investida, assim como os reflexos nas contas contábeis de investimento e resultado de equivalência patrimonial. Adicionalmente, analisamos o processo de identificação e avaliação da recuperabilidade dos investimentos efetuados pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

#### Valor recuperável dos ativos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia possui investimentos em ações de companhias com e sem ações negociadas em mercado ativo (ex: Bolsa de Valores). Esses ativos estão classificados na categoria contábil de "instrumento financeiro disponível para venda", e dessa forma, o ajuste a valor justo destas ações é contabilizado em "Outros Resultados Abrangentes". Qualquer ajuste por perda significativa ou prolongada do valor dos investimentos classificados na categoria acima citada deve ser reconhecido no resultado.

A Companhia atribuiu a cada um dos seus ativos (ações), limites máximos de declínio de valor e tempo decorrido de desvalorização, para fins de definição de "gatilhos" quanto a análise de recuperabilidade. Esses ativos foram agrupados em relação a volatilidade do valor de mercado cotado em bolsa de valores. Sendo assim, toda vez que um ativo supera os parâmetros de declínio ou tempo, relacionado a banda de volatilidade a qual ele está agrupado, há evidência de perda ("impairment") por redução ao valor recuperável. Esses parâmetros foram estabelecidos com base nos dados históricos de cada ativo, vis-à-vis o reprocessamento da carteira de ações, para aferição das eventuais perdas que devem ser registradas, tendo como principal premissa, uma avaliação de regressão do valor de mercado dos ativos. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dos parâmetros para fins de avaliação da recuperabilidade de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analisamos a política contábil e o estudo preparado pela Companhia com o objetivo de avaliar a razoabilidade e a profundidade das análises efetuadas e os julgamentos exercidos pela Companhia. Adicionalmente, acompanhamos ao longo do exercício, as variações no valor de mercado desses ativos financeiros e comparamos com os parâmetros da política contábil da Companhia, visando avaliar quaisquer desvios no reconhecimento de eventuais perdas. Adicionalmente, avaliamos possíveis impactos de influência qualitativa com base nas análises preparadas pela Companhia. Também recalculamos o valor justo desses ativos

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletrorás Participações S.A. – Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 27 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues  
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletrorás Participações S.A. – Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em reunião realizada em 27 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo  
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues  
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

financeiros, além de avaliarmos a adequação da contabilização das eventuais perdas incorridas, tendo como base as regras contábeis vigentes. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente o detalhamento das perdas ocorridas por *impairment* de ativos.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso Relatório de Auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero

Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões

Contador CRC 1MG058180/O2T-SP



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrorás Participações S.A. – Eletropar, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada no dia de hoje, examinaram o Relatório da Administração; a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; a Declaração dos Dirigentes sobre o Relatório dos Auditores Independentes; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração (Ata da Reunião 03 do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2017) e o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, KPMG Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2017, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, sem ressalvas. Assim sendo, e louvados nos documentos acima citados, concluíram que a mencionada documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017

HELIO SARAIVA FRANCA

PAULO SERGIO PETIS FERNANDES

LUIZ MANOEL CLARO SOARES

[www.eletrobraspar.com](http://www.eletrobraspar.com)



**Eletrobras**  
Eletropar

MINISTÉRIO DE  
**MINAS E ENERGIA**

